

Balanço mostra aprovação de 32 matérias no início da sessão legislativa

Estatuto dos Garimpeiros, Região Metropolitana do DF e prisão para quem trata trabalhador como escravo estão entre as propostas acolhidas pelo plenário do Senado



O presidente do Senado recebe o governador de Brasília, que veio tratar da reforma administrativa

Cristovam defende tratamento especial para Brasília na reforma

O governador de Brasília, Cristovam Buarque, defendeu ontem, durante audiência com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que seja dado tratamento especial para o Distrito Federal na transferência de recursos da União. O assunto foi colocado em pauta com as alterações propostas pela emenda de reforma administrativa, em tramitação no Congresso.

Cristovam disse a Antonio Carlos que Brasília não pode ser considerada igual aos demais estados da Federação para o efeito dessas transferências, diante das condições peculiares que a caracterizam, por abrigar a capital da República.

- Existe diferença, e há necessidade de manter o tratamento diferenciado - afirmou o governador.

O trabalho em plenário dos senadores - com a apreciação de 32 matérias - e o andamento da CPI dos Precatórios marcaram um início de sessão legislativa de muitas atividades no Senado.

Nesses primeiros 45 dias, das 32 matérias apreciadas, 26 foram aprovadas e seis enviadas para o arquivo. Entre os projetos acolhidos pelo plenário, estão o Estatuto dos Garimpeiros e o que autoriza o Executivo a criar a Região Administrativa Metropolitana do Distrito Federal. Outro destaque foi a aprovação, em primeiro turno, da proposta que prevê cadeia de três a oito anos para quem tratar empregado como se fosse escravo.

Página 3

Arruda e Gilvam debatem proposta da bolsa-escola

José Roberto Arruda pede ao Senado que delibere sobre propostas que visam reduzir desigualdades no país, entre elas a que institui a bolsa-escola para carentes. Gilvam Borges, por sua vez, entende que este programa e o que estabelece renda mínima atuam apenas sobre os efeitos da miséria. Página 7

NESTA EDIÇÃO

Palmeira vê o Nordeste estagnado há 25 anos

Página 6

Tebet sugere mutirão contra o acúmulo de processos na Justiça

Para senador, principal beneficiado com o esforço será o cidadão. Página 6

CPI ouve banqueiros na quinta-feira

Páginas 4 e 5

Projeto sobre formulário do IR em pauta na quinta

O plenário do Senado votará nesta quinta-feira projeto de lei da Câmara que obriga a Receita Federal a publicar os formulários de declaração do Imposto de Renda no *Diário Oficial* da União até o dia 15 de fevereiro do ano subsequente ao ano a que se referem as declarações.

O atraso na publicação dos formulários, de acordo com a proposição, implicará o adiamento automático dos prazos de apresentação das declarações, de modo a assegurar aos contribuintes 75 dias de prazo para o cumprimento dessa obrigação, contados a partir da publicação efetiva dos formulários.

O projeto recebeu parecer na Comissão de Constituição, Jus-

tiça e Cidadania (CCJ) pela constitucionalidade e juridicidade, tendo como relator Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Quanto ao mérito, entretanto, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou parecer de Bello Parga (PFL-MA), pela rejeição da matéria.

Segundo Parga, a Receita não tem atrasado a publicação no *Diário Oficial* dos modelos de declaração do IR, embora ocorra atraso na edição e distribuição dos mesmos. "Esse fato não tem acarretado prejuízo para os contribuintes, pois o ministro da Fazenda, no uso de competência legal, tem, sistematicamente, prorrogado o prazo de entrega", afirma o senador.

CPI do Trabalho Infantil ouve hoje IBGE e Contag

Os presidentes do IBGE, Simon Schwartzman, e da Contag, Francisco Urbano Araújo Filho, farão exposição hoje, às 15h, na CPI do Trabalho Infantil, presidida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).

Schwartzman falará sobre o levantamento feito pelo instituto a respeito do trabalho dos menores no país durante o último recenseamento, enquanto Urbano abordará a exploração de mão-de-obra infantil na área da agricultura, principalmente nos canaviais.

Na mesma reunião, se-



Marluce Pinto

gundo Marluce Pinto, será definida a pauta para os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito para o ano de 1997.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

11h - Recebe o ex-prefeito do Rio de Janeiro César Maia
12h30 - Almoço com o vice-presidente da República, Marco Maciel. *Palácio do Jaburu*
15h30 - Preside sessão deliberativa do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado
Pauta: *Requerimento nº 1.134/96, que solicita, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 87/96, que dispõe sobre proteção, pelo Estado, de vítima ou testemunha de crime; e *Requerimento nº 208/97, que solicita, nos termos regimentais, dispensa do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PLS nº 133/96, que dispõe sobre a participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios na implantação da reforma agrária.

COMISSÕES

15h - CPI do Trabalho Infantil
Pauta: Exposição dos presidentes do IBGE, Simon Schwartzman; e da Contag, Francisco Urbano Araújo Filho.

PREVISÃO DE TRABALHOS PLENÁRIO

Quarta-feira (02.04)
14h30 - Sessão deliberativa do Senado
Pauta: *PLS nº 110/94, que concede adicional de periculosidade aos carteiros, alterando o art. 193 da CLT; *PLS nº 258/95, que cria área de livre comércio no Distrito Federal; e primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 64/95, que uniformiza o prazo prescricional nas ações trabalhistas, tomando-o quinquenal para trabalhadores urbanos e rurais
Obs.: durante a sessão serão eleitos o presidente e o vice-presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas.

Quinta-feira (03.04)
14h30 - Sessão deliberativa do Senado
Pauta: *PLC nº 59/94, que dispõe sobre o prazo de publicação, pela Secretaria da Receita Federal, dos modelos de declaração do Imposto de Renda; e segundo dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 64/95.

COMISSÕES

Quarta-feira (02.04)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 53/95, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; *PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária; *PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; *PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; *PEC nº 35/96, que regula a disciplina partidária; e *PEC nº 42/95, que dispõe sobre a competência privativa da Câmara dos Deputados para ter a iniciativa de leis que instituem ou aumentem impostos. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

11h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Audiência pública com o presidente do Supremo Tribunal Federal - STF, ministro José Paulo Sepúlveda Pertence, para instruir a PEC nº 54/95, que trata do efeito vinculante. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

15h - Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Pauta: Exposição do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampraia, sobre "Mercosul, Alca e União Europeia". *Plenário nº 3 da Câmara dos Deputados*

18h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública para discutir o *PLC nº 93/96 (não terminativo), que dispõe sobre o contrato temporário de trabalho por prazo determinado. Estão convidados para esta audiência os presidentes da CUT, Vicente Paulo da Silva; da CGT, Enir Severino da Silva; do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Paulo Pereira da Silva, representando a Força Sindical; e o assessor especial do Ministério do Trabalho, Jorge Jatobá. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

Quinta-feira (03.04) 10h - Comissão Temporária destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia

Pauta: Exposição do coordenador do Projeto de Tecnologia Alternativa para Produção de Borracha Natural - UnB, Floriano Pastore. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

12h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 94/96 (terminativo), que regulamenta a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos; *PLS nº 131/96 (terminativo), que dispõe sobre a língua brasileira de sinais; *PLC nº 63/96 (não terminativo), que dispõe sobre a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar e do livro didático e ao programa do leite; e *PLC nº 14/96 (não terminativo), que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, e sua comercialização no país. *Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa*



A privatização da Vale do Rio Doce, a reforma agrária e o uso racional da água foram alguns dos temas debatidos pelo plenário

Plenário já apreciou 32 matérias este ano

Entre projetos aprovados, estão o que cria região metropolitana de Brasília, o que institui o Estatuto dos Garimpeiros e o que prevê recursos para o metrô de Fortaleza

Nos primeiros 45 dias da atual sessão legislativa, instalada em 15 de fevereiro, sob a presidência de Antonio Carlos Magalhães, o plenário do Senado apreciou 32 matérias, aprovando 26 e enviando seis ao arquivo. Neste início de ano, o Senado acelerou ainda os trabalhos da CPI que investiga irregularidades na emissão de títulos públicos para pagar precatórios. A comissão ouviu nesse período os depoimentos de 26 pessoas e foi o assunto dominante nos jornais e telejornais no mês de março.

Entre os projetos de lei aprovados pelos senadores nesse período estão o Estatuto dos Garimpeiros e um que autoriza o Exe-

cutivo a criar a Região Administrativa Metropolitana do Distrito Federal. Constan ainda da lista de matérias votadas sete operações de crédito externo, inclusive uma destinada à construção do metrô de Fortaleza. Foi aprovado também, em primeiro turno, projeto que prevê cadeia de três a oito anos para quem tratar empregado como se fosse escravo.

Os senadores discutiram longamente em plenário, nesses primeiros 45 dias da sessão legislativa ordinária, a privatização da Cia. Vale do Rio Doce, a reforma agrária e o uso racional da água potável no país. Os senadores sabatinaram e aprovaram o nome do minis-

tro da Justiça, Nelson Jobim, para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal.

O Senado aprovou ainda a concessão ou renovação de quatro emissoras de rádio e televisão, um acordo internacional, a prestação de contas de 1992 do ex-presidente Itamar Franco e vários requerimentos com pedidos de informações ao Execu-

tivo, conforme levantamento divulgado pelo secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva. Os senadores aprovaram também um projeto que proíbe qualquer portaria de edifício de segurar documentos de identidade de pessoas que visitam o local, evitando os aborrecimentos de possíveis esquecimentos dos documentos.

MATÉRIAS APRECIADAS DE 17 DE FEVEREIRO A 31 DE MARÇO

Projetos aprovados e enviados à sanção.....	2
Projetos aprovados e promulgados.....	12
Projetos aprovados e enviados à Câmara.....	7
Mensagens presidenciais.....	5
Matérias aprovadas.....	26
Matérias enviadas ao arquivo.....	6
Total de matérias apreciadas.....	32

CPI DOS PRECATÓRIOS

Dirigentes de bancos serão ouvidos na quinta

Segundo o relator, comissão chegará esta semana ao "fim da corda", ouvindo quem comprou os papéis emitidos por estados e municípios no final da negociação

A CPI dos Precatórios ouvirá nesta quinta-feira (dia 3) o depoimento dos presidentes do Bradesco, Lázaro Brandão; do Multiplic, Ronaldo César Coelho; do Banestado, Roberto Murta; e do Banestado Leasing, Osvaldo Magalhães Santos. Ao dar essa informação, o relator Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que, em sua opinião, "a CPI esta semana chegará ao fim da corda, ouvindo quem comprou os papéis no final, sabendo quem mandou comprar".

O senador referia-se à cadeia de compra e venda de títulos emitidos para pagamento de precatórios, na qual empresas de fachada tiveram altos lucros com deságios e comissões. Na opinião do relator, o Brasil vai-se surpreender com o resultado dessa CPI, a qual "já provou que não veio para



Roberto Requião

brincadeira". Ele informou também que o presidente do Senado tem dado todo o apoio necessário aos trabalhos da comissão, e contestou críticas da imprensa sobre sensacionalismo nas investigações.

- Instalamos a CPI para que ela cumprisse seus objetivos e ela vai cumprir. Sensacional não é o nosso trabalho, mas a roubalheira que fizeram com recursos públicos e que veio à tona nas investi-

ções - acrescentou.

Questionado pela imprensa por ter conversado informalmente com um dos suspeitos - Fábio Nahoun, dono do banco Vector -, Requião explicou que não existem restrições legais às conversas do relator. "Eu converso com todos, com diretores do Banco Central, com senadores e já conversei até com o Wagner Baptista Ramos, em meu gabinete. As conversas privadas podem me orientar, apenas isso", afirmou o relator.

Dessa conversa com Nahoun, Requião revelou ter ouvido informações verdadeiras e outras novas, mas ressaltou: "As coisas verdadeiras não são novas, e as coisas novas podem não ser verdadeiras". E comentou que, em conversas informais, indiciados ficam mais à vontade para dar informações. Por isso, o re-

lator disse que pode ouvir ainda outros depoentes informalmente.

Mas negou que pretenda convocar o depoimento do ex-prefeito Paulo Maluf. "Não há nexo de causa e efeito que justifique a convocação de Maluf. Os cheques da Paubrasil que foram encontrados na contabilidade de Enrico Piccioto não configuram indício. São três cheques em 2 mil emitidos pela Paubrasil. E não podemos esquecer que o Piccioto é um doleiro", acrescentou.

Especialista vai esclarecer "artimanhas"

Relator da CPI dos Precatórios, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) informou ontem que vai propor a audiência do escritor Ivan Santana, autor do romance *Rapina*, que revela os métodos de atuação do mercado financeiro. "Vou propor sua audiência porque ele é um especialista nas artimanhas desse mercado", assinalou.

Conforme Requião, a CPI deve ouvir todos aqueles que puderem auxiliá-la a desvendar a atuação dos que ganharam dinheiro com a emissão irregular de títulos para pagamento de precatórios. Ele disse que a opinião pública fica impressionada com termos como *dealer* e *stockbroker*, utilizados com frequência pelos depoentes, quando na verdade são expressões que visam apenas a dar aparência técnica "às malandragens do mercado".

Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;

- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;

- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e

- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

CPI DOS PRECATÓRIOS

Cabral quer aperfeiçoar métodos de trabalho

Para evitar relatos contraditórios, senador vai propor a realização de um briefing diário, capaz de traduzir num resumo fiel o resultado das investigações promovidas pela comissão

O presidente da CPI dos Precatórios, Bernardo Cabral (PFL-AM), anunciou ontem que vai propor a realização de um *briefing* diário, capaz de harmonizar num resumo fiel os relatos sobre os trabalhos da investigação que vem sendo feita sobre a emissão de títulos para pagamento de débitos judiciais. Ele considera essa a melhor forma de evitar que relatos contraditórios cheguem aos jornais, "confundindo a opinião pública, pois não pode haver mais de uma

versão para um mesmo fato".

Cabral informou que não foi avisado da reunião informal que o relator Roberto Requião (PMDB-PR) e o sub-relator José Serra (PSDB-SP) tiveram com Fábio Nahoun, dono do banco Vetor, na quarta-feira passada. O presidente da CPI disse ter tomado conhecimento do encontro pelos jornais, e avaliou que a comissão "está precisando de uma correção de rumos". Seu receio é sobre o risco de os re-



Bernardo Cabral

sultados da CPI "padeecerem de vício de origem".

- Como investigaremos

algo que foi dito numa reunião extra-oficial? - indagou Bernardo Cabral, sugerindo que as audiências de testemunhas se realizem sempre na sala das comissões. E advertiu: "Se alguém quiser fazer diferente, que o faça por sua conta e risco e que assuma a responsabilidade". Cabral observou que o presidente do Senado "tem razões para estar preocupado com os rumos da CPI", e afirmou que, se essa comissão tem prestígio, é graças a Antonio Carlos Magalhães.

Antonio Carlos pretende fazer ponderações sobre investigação

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, admitiu ontem ter críticas ao trabalho da CPI dos Precatórios, e disse que acredita estar havendo exageros, tanto de parte dos senadores quanto da mídia, mas enfatizou que não detalhará seu pensamento em público, sem antes conversar com os membros da comissão. O senador considera seu dever, como presidente da Casa, fazer "ponderações" sobre a forma como tem sido encaminhada a investigação, e ressalva que seu objetivo é garantir o sucesso da comissão.

- É preciso evitar que um advogado mais esperto possa vir depois a invalidar todo o trabalho feito - afirmou.

Antonio Carlos Magalhães assegurou que vai agir "no interesse do Senado", pois entende que a CPI está acumulando méritos,

mas precisa corrigir alguns aspectos que podem comprometer o resultado final.

- A CPI não vai acabar em *pizza*, e é para isso mesmo que tenho ponderações a fazer - frisou.

DESCOBERTAS

O presidente do Senado observou que a comissão "já descobriu fatos graves, como o de que o Banco Central tinha obrigação de fiscalizar e não fiscalizou". Ele disse que qualquer senador, inclusive os que relataram os pedidos de emissão de dívidas de estados e municípios, podem ser investigados - "não podem é ser acusados levianamente".

Para Antonio Carlos, sua autoridade como presidente do Senado deve ser preservada, e é por isso que não fará suas críticas pessoalmente, mas apenas em reunião com os integrantes da comissão.

INTERCÂMBIO



O embaixador da Hungria com o presidente do Senado

Embaixador vem tratar da visita do presidente da Hungria

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o embaixador da Hungria no Brasil, Gábor Tóth, para acertar detalhes da visita que o presidente daquele país, Árpád Göncz, fará ao Congresso Nacional no próximo dia 3 de abril, quinta-feira, como parte da programação de sua visita oficial.

Segundo o embaixador,

Brasil e Hungria têm muito em comum, inclusive a paixão pelo futebol e a necessidade de vencer os desafios colocados pelo processo de globalização. A seu ver, a visita do presidente húngaro tem como objetivo principal o fortalecimento dos laços de cooperação entre os dois países, especialmente das relações econômicas e comerciais.

Tebet sugere "mutirão da cidadania"

Objetivo do senador é desafogar o Judiciário do acúmulo de processos com a convocação de juizes de Direito e de advogados para resolver um problema que prejudica milhares de cidadãos

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) sugeriu ontem ao Poder Judiciário que promova um "mutirão da cidadania" para acabar com o acúmulo de processos que, a seu ver, prejudica os interesses de milhares de cidadãos. Na opinião do senador, outras instâncias do Judiciário deveriam seguir o exemplo do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que estaria convocando temporariamente juizes para desafogar a pauta daquela corte.

CONVOCAÇÃO

- O Supremo Tribunal Federal, com mais de 35 mil processos que sequer têm relator, também poderia adotar a mesma iniciativa, até que sejam encontradas novas alternativas - disse Tebet. Da mesma forma, conforme ele, o Superior Tribunal de Justiça "deve

convocar juizes de Direito e advogados para agilizar os processos referentes à numerosa população carcerária do país e decidir sobre os direitos de quem deles precisa para sobreviver".

Ao referir-se à Campanha da Fraternidade deste ano, que trata dos encarcerados, o senador afirmou que "Justiça demorada e tardia é injustiça profunda". Por essa razão, conclamou "juizes e promotores para que se dirijam aos presídios e analisem os processos dos presos que, em sua maioria, já deveriam estar em liberdade".

Ramez Tebet destacou ainda a situação de milhares de pessoas que aguardam por anos a solução de seus processos de aposentadoria junto ao INSS. "Nos tribunais de todas as instân-



Ramez Tebet

cias, a situação não é diferente, pois o cidadão aguarda anos a fio por solução que nunca vem", frisou.

SENADO

Ramez Tebet entende que o próprio Senado, por meio de suas comissões permanentes, deve promover o seu mutirão. Segundo informou, só na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), da qual é vice-presidente, há mais de 200 pro-

jetos para serem apreciados. Fatos como esse, a seu ver, justificariam a concentração de esforços do Legislativo para desafogar a pauta.

O senador garantiu que a eficácia dos mutirões ficou evidente para ele quando, à frente do governo do Mato Grosso do Sul, percorreu diversas regiões do estado para atender os cidadãos que não dispunham de carteira de identidade.

Ramez Tebet informou que aproveitará a visita do presidente do STF, Sepúlveda Pertence, ao Senado, provavelmente amanhã, para sugerir-lhe, pessoalmente, a realização do mutirão da cidadania.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) apoiou a idéia de realização de mutirões tanto no Judiciário como no âmbito do Senado Federal.

Nordeste está estagnado há 25 anos, adverte Palmeira

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) disse ontem que o Nordeste sofre, há 25 anos, um processo de estagnação econômica e que foram inúteis os esforços para melhorar tal situação. O Senado, na sua opinião, tem o dever de se mobilizar na busca de soluções para a região, pois, conforme previu, há riscos de aumento da distância que separa o Nordeste da renda média nacional.

De acordo com o senador, o Instituto de Economia da Fundação Getúlio



Guilherme Palmeira

Vargas aponta que, de 1990 a 1994, a participação do Nordeste diminuiu de 13,18% para 12,58% do Pro-

duto Interno Bruto (PIB).

Para Guilherme Palmeira, a abertura e a exposição do mercado brasileiro à concorrência internacional têm afetado diretamente as principais áreas do setor produtivo da região, sem qualquer possibilidade de sua substituição. "Não acredito na transferência de mão-de-obra do setor industrial para o de serviços, como se alega que poderá ser feito, com investimentos na chamada vocação turística do Nordeste", observou.

As causas para o atraso, na opinião do senador, são

a fragilidade dos indicadores sociais e econômicos da região. A inexistência de recursos humanos mais qualificados, de adequada infra-estrutura e de proximidade de mercados consumidores, além da dificuldade de intercâmbio comercial, como portos e aeroportos bem equipados, são, no entender de Guilherme Palmeira, as principais dificuldades que impedem um maior equilíbrio na distribuição da renda entre os estados.

Arruda defende bolsa-escola nos pequenos municípios

Intenção é evitar migração, êxodo rural e explosão demográfica nas grandes cidades e dar um mínimo de qualidade de vida a pessoas do interior, argumenta o senador

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) pediu ontem que o Senado apresse a deliberação sobre o parecer, do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que aglutina vários projetos - da Casa e da Câmara - destinados a reduzir as desigualdades sociais no país, com a garantia de renda mínima para famílias carentes e bolsa-escola.

Um dos projetos incluídos nessa iniciativa, de autoria de Arruda, prevê a concessão de bolsa-escola nos municípios com até 50 mil habitantes, a ser financiada, em partes iguais, pelo governo federal e prefeituras. A seu ver, esse programa vai diminuir a criminalidade e a prostituição infantil, além de conter a migração para os grandes centros urbanos.



José Roberto Arruda

O projeto de José Roberto Arruda prevê que as famílias carentes recebam meio salário mínimo por filho com idade entre sete e 14 anos, matriculado na rede pública de ensino, com assiduidade superior a 90%. Na opinião do senador, a adoção da bolsa-escola apenas nos grandes centros está incentivando as correntes migratórias para as periferias das 22 cidades que já adotaram o

programa.

- Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) demonstram que 64% da miséria do país estão nos pequenos municípios e no campo. Se o governo for capaz de prover um mínimo de qualidade de vida para essas pessoas do interior, elas não vão precisar migrar - disse.

Arruda afirmou não ter dúvidas de que se o país investisse na educação, principalmente das famílias humildes, "já estaria desenhando um futuro melhor para a sociedade brasileira, diminuindo a desigualdade social e tirando as crianças da rua, da criminalidade e da prostituição".

A matéria deverá ser apreciada, pela Comissão de Assuntos Sociais, ainda nesta semana.



Ney Suassuna

Suassuna propõe salário-escolar para as famílias pobres

Crianças e jovens entre sete e 17 anos de idade, matriculados em escolas públicas de 1º e 2º graus, membros de famílias cuja renda seja inferior a três salários mínimos, receberão um "salário mínimo escolar", de valor equivalente a 30% do salário mínimo vigente no país, caso seja aprovado projeto apresentado pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

De acordo com a proposição, os pais ou responsáveis pelos menores deverão se registrar nas escolas onde eles estiverem matriculados, comprovando renda com apresentação da carteira de trabalho. Os beneficiários serão pagos em cheques referentes a cada uma das crianças, até o máximo de quatro.

O projeto estabelece que o programa será custeado por dotação orçamentária específica e contribuições espontâneas, de pessoas físicas e jurídicas, que poderão deduzi-las integralmente, no imposto de renda a ser pago.

Conforme Suassuna, a proposição visa "retirar as crianças do mercado de trabalho e das ruas, reduzindo a violência e criando condições propícias à elevação do salário real da mão-de-obra adulta". O senador acredita que a medida possibilitará, também, "a extinção total dos programas de estilo clientelista".

Gilvam: programa ataca apenas efeitos, mas não causas da miséria

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) disse ontem que os programas de bolsa-escola e de renda mínima atuam apenas sobre os efeitos da miséria, sem trabalhar sobre suas causas. Para ele, esses programas são paternalistas e clientelistas, pois "mantêm os miseráveis".

Na opinião do senador, a solução de problemas como o da prostituição de menores e o das crianças de rua depende de profundas mudanças na educação brasileira, de modo a que elas incidam sobre o comportamento e a formação do caráter dos cidadãos.

Sem uma revolução educacional, afirmou, a



Gilvam Borges

bolsa-escola e a garantia de uma renda mínima não passam de demagogia. Para Gilvam, a festejada experiência de bolsa-escola no Distrito Federal seria uma operação de marketing, em que um número restrito de famílias beneficiadas estaria permitindo "muita propaganda na mídia".

Em aparte, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) salientou que o relator do projeto de lei que cria a bolsa-escola, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), procurou evitar problemas verificados onde já foi adotado o programa, como Ribeirão Preto, Campinas e Distrito Federal.

Um desses problemas, conforme Arruda, seria o incentivo à migração. A seu ver, mesmo que o projeto não seja o ideal, ele representa uma alternativa cuja importância está em suscitar a discussão sobre questões sociais e econômicas que precisam ser enfrentadas pela sociedade.

Expansão de mercados anima Hollanda

Senador elogia proposta do presidente da França, Jacques Chirac, de se realizar uma reunião entre europeus e americanos, para formar o maior bloco econômico do mundo

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) disse ontem que a proposta do presidente da França, Jacques Chirac, de se realizar, em 1998, uma reunião entre chefes de Estado e de governo da América Latina e da Europa, merece a atenção especial do governo Fernando Henrique Cardoso e, em particular, do Ministério das Relações Exteriores.

Segundo o senador, o



Joel de Hollanda

encontro teria o objetivo de aprofundar a integração entre a União Euro-

péia e o Mercosul, quando a França "acena para a formação de um enorme mercado comum, que seria incontestavelmente o maior espaço comercial, econômico e tecnológico do mundo, um bloco capaz de diminuir consideravelmente o poder que os Estados Unidos exercem hoje, sozinhos, de maneira imperial".

Para Joel de Hollanda, essa aliança representaria

uma "oportunidade fantástica para os dois continentes e, sem dúvida alguma, um grande salto para o Brasil". Conforme disse, o país terá mais a ganhar com a Europa do que com a zona de comércio das Américas (Alca), que, a seu ver, está sendo idealizada - pelos Estados Unidos - "para esvaziar o grande projeto latino-americano de expansão do Mercosul".

Lúcio Alcântara homenageia Castro Alves

A importância da poesia de Castro Alves foi destacada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ao lembrar o comprometimento do artista com a realidade social do Brasil da segunda metade do século passado, em especial com a causa abolicionista. O senador afirmou que o poeta, "com coragem e destemor, ousava enfrentar poderosos interesses na defesa do que considerava justo".

Alcântara disse que a obra de Castro Alves levava ao ponto máximo "o propósito de valorização poética do negro" e que o Poeta dos Escravos desempenhou papel fundamental na construção da imagem do negro na história nacional.

- Dono de um lirismo em que a precariedade da vida e o sentimento da morte foram elementos centrais, Castro Alves bradou contra a escravidão. Com a longa série de cativos martiri-

zados que aparecem nos seus versos, o poeta busca não só denunciar o caráter desumano da escravidão, como também dar a conhecer os desastrosos efeitos de uma prática que não cessava de produzir potenciais inimigos no corpo social - destacou.

Lúcio Alcântara acrescentou que, em comemoração aos 150 anos do nascimento de Castro Alves, vários espetáculos, exposições e debates foram programados, incluindo proje-



Lúcio Alcântara

tos de dois filmes que "darão a oportunidade de reflexão sobre a obra do poeta".

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, GUILHERME PALMEIRA E RAMEZ TEBET

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucidilo Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho -
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
 - **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e **Fax:** 311-3137 - **Brasília - DF**

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade
Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho
Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essuzy
Revisão - Lindolfo Amaral e Fernando Varela
 Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.